

Cruzília, 22 de Março de 2012



**Auto de Infração nº068355/2007**  
**Natureza: Administrativa**  
**Assunto: Recurso Administrativo**

RECEBEMOS

23 / 03 / 12  
213670 20:2  
SUPRAM SUL DE MINAS

A empresa MACIEL ALCKMIN E CIA LTDA ME, CNPJ nº01.424.131/0001-69, já qualificada nos autos, vem, por meio de sua procuradora bastante, interpor RECURSO ADMINISTRATIVO em face do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, tendo em vista os fatos e fundamentos a seguir expostos:

### **1- DOS FATOS:**

Na data de 16/11/2012, a Recorrente foi surpreendida por uma visita da autoridade policial, a qual autuou a Recorrente tendo identificado no local de trabalho, irregularidade de grau leve, conforme se verifica dos autos, cujo relato foi feito pela própria autoridade policial.

Inconformada com a falta de prévio aviso acerca das novas regras legislativas aplicadas àquele caso concreto, a Recorrente, que se deparou com o valor exorbitante da multa decorrente da referida autuação, no valor de R\$20.000,00, interpôs defesa administrativa e agora, com o presente recurso administrativo.

### **2- DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS E LEGAIS:**

A Recorrente, fundada em 01/08/1996, se encontra localizada na Rua Maria Augusta Arantes Maciel, nº18, João do Justo, Cruzília (MG), desde sua origem, portanto, há 11 anos, possuindo Alvará de funcionamento da Prefeitura desde aquela época, conforme documento em anexo.

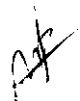
No auto de infração que lavrou, a fiscalização ambiental não apontou com clareza, especificações e detalhamentos da infração que a recorrente supostamente estaria cometendo, posto ser **genérica** (incluída na classe 1 da Deliberação Normativa da COPAM, conforme mostra o auto de infração nº068355/07), **impedindo, portanto, qualquer atitude por parte da recorrente em exercer seu direito de defesa, o que é ato ilegal**, posto contrário à própria Constituição Federal, que garante a todos, o devido processo legal, o contraditório e à ampla defesa, em qualquer processo judicial ou administrativo.

Por outro lado, entende-se que se a Justiça e a Lei se utilizam do bom senso que lhes é concedido pelos legisladores (leia-se: representantes do próprio povo), a fiscalização ambiental, ao utilizar-se de legislação tão específica e nova para a época, como um Decreto (a exemplo do Dec. Nº44.309 de 05/06/2006), deveria, como papel primeiro de sua função, informar aos interessados que já existiam antes mesmo dessas legislações (como é o caso da Recorrente), que uma legislação **nova** passaria a vigorar exigindo a referida licença ambiental.

Assim, o órgão competente para advertir e autuar, agindo conscientemente nos termos da lei, com boa-fé e justiça, demonstraria aos interessados que eles teriam um prazo para regularizar-se e assim, se coadunar com legislações atípicas e novas, que normalmente só a própria instituição que a institui tem conhecimento de sua existência.

Igualmente, a **competência** e a **legalidade** do ato da SUPRAN no presente caso deve ser questionada, pois o fiscal responsável pela lavratura do auto de infração não é agente qualificado para tais apontamentos infracionais de caráter técnico, haja vista ser um soldado do Batalhão da Polícia Militar.

Não entende a Recorrente porque não foi notificada a se regularizar antes de ser multado, conforme prescreve a lei, vez que a empresa MACIEL ALCKMIN E CIA LTDA ME era MICROEMPRESA à época dos fatos (doc. anexo), devendo, antes de qualquer penalidade aplicada, ser advertida. Assim é o diploma legal abaixo transcrito, o qual demonstra claramente a incoerência da aplicação da multa administrativa:



## LEI COMPLEMENTAR 123/06

### CAPÍTULO VII

#### DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

**Art. 55.** A fiscalização, no que se refere aos aspectos trabalhista, metrológico, sanitário, ambiental e de segurança, das microempresas e empresas de pequeno porte deverá ter **NATUREZA PRIORITARIAMENTE ORIENTADORA, QUANDO A ATIVIDADE OU SITUAÇÃO, POR SUA NATUREZA, COMPORTAR GRAU DE RISCO COMPATÍVEL COM ESSE PROCEDIMENTO.**

§ 1º Será observado o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando for constatada infração por falta de registro de empregado ou anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, ou, ainda, na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

§ 3º Os órgãos e entidades competentes definirão, em 12 (doze) meses, as atividades e situações cujo grau de risco seja considerado alto, as quais não se sujeitarão ao disposto neste artigo.

Ademais, a Recorrente sempre possuiu Alvará de funcionamento da Prefeitura para funcionar, sendo que a própria Prefeitura sempre fiscalizou aquele local (doc. em anexo).

Seria uma ilegalidade ou mesmo falta de senso comum, a Recorrente, que era Microempresa a época dos fatos, ter que pagar uma multa exorbitante sem antes ter tido o direito de regularizar-se e defender-se legalmente das acusações que genericamente lhe foram imputadas.

De outra sorte, a fiscalização ambiental deveria, como papel primordial, dar exemplo de cidadania ambiental, antes de tornar-se, de cara, **repressora** ambiental, uma vez que a própria legislação específica do meio ambiente indica que ela deve, primeiramente,



apontar erros, advertências, informar, conceder prazos para regularizações e, por fim, se em nenhuma das alternativas anteriormente citadas forem preenchidas, deve, sim, penalizar os infratores com os instrumentos que a lei lhe confere.

Se em todo caso a penalidade imputada a Recorrente foi tida como de pequeno potencial e isto não influi na continuidade do funcionamento da mesma, é razoável que a fiscalização se digne a, antes de multa-la, elabore um parecer técnico (realizado por um verdadeiro técnico no assunto) em face de eventuais falhas porventura existentes, com vistas a informar o recorrente e, por conseguinte, dar-lhe um prazo de regularização, retornando ao local, posteriormente, para verificar se tais falhas foram sanadas.

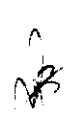
A área onde se encontra a Recorrente é considerada urbana, nunca tendo tido qualquer problema com licença de funcionamento, nem tendo recebido qualquer notificação de que seus serviços estariam inclusos em uma autorização ambiental, que parece, aliás, estar voltada primordialmente à zona rural, onde se encontra a maior parte da fauna e flora do país.

Convém ressaltar que a legislação específica na qual estão enquadrando a Recorrente é nova se comparada à época da autuação, sendo que uma pergunta deve ser feita antes de tudo: como pode a recorrente ser diretamente multada por seus serviços se nem mesmo era ciente de que se enquadrava nos empreendimentos ou atividades considerados de impacto ambiental??!!

Observe-se que a legislação específica possui vários argumentos que rechaçam as observações e os questionamentos acima:

#### **Decreto Nº44.309 de 05/06/2006**

**Art. 7º Os empreendimentos ou atividades considerados de impacto ambiental não significativo ficam dispensados do processo de licenciamento ambiental no nível estadual, mas sujeitos à autorização ambiental de funcionamento, pelo órgão ambiental estadual competente, na forma e de acordo com os requisitos dispostos pelo COPAM, sem prejuízo**





da obtenção de outras licenças ou autorizações cabíveis.

**Art. 9º** A ampliação ou modificação de empreendimento ou atividade que já tenha sido objeto de licença ambiental ou autorização ambiental de funcionamento deverá ser precedida de consulta prévia ao órgão ambiental, para que seja verificada a necessidade ou não de novo licenciamento ambiental ou de nova autorização ambiental de funcionamento.

Como se verifica no próprio artigo 9º, acima transcrito, se a ampliação ou modificação de empreendimento ou atividade que já tenha sido objeto de licença ambiental ou autorização ambiental de funcionamento de verá ser precedida de consulta prévia ao órgão ambiental, para que seja verificada a necessidade ou não de novo licenciamento ambiental ou de nova autorização ambiental de funcionamento, por que, então, aquele que ainda nem mesmo foi comunicado de sua existência, classe ou importância ambiental deve arcar com uma penalidade (multa), de valor exorbitante, que nem tem origem nem inteligência na sua aplicação??

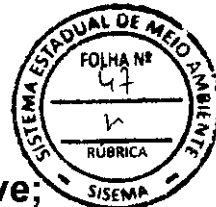
Note-se que se assim a lei não desejasse, não previa no artigo 57, inciso I, do Dec. 44.309/06, a penalidade de advertência, mais branda e conseqüentemente antecedente à penalidade de multa.

Inclusive, se observa a mesma inteligência do legislador no artigo 59 do mesmo Decreto, o qual trata dos casos em que se deve aplicar a penalidade de advertência, a exemplo de situações consideradas de leve grau de infração, conforme foi enquadrada a recorrente no auto de infração supracitado.

De outra sorte, o artigo 60 do Dec. 44.309/06, trata os casos de multa em que nem de longe se enquadra a recorrente em qualquer de suas hipóteses:

**Art. 59.** A advertência será aplicada quando forem praticadas infrações classificadas como leves.

**Art. 60.** A multa simples será aplicada sempre que o agente:



I - reincidir em infração classificada como leve;

II - praticar infração grave ou gravíssima;

III - obstar ou dificultar ação fiscalizadora.

Além dos fatos e fundamentos já explanados acima, a recorrente interpela o presente recurso acompanhado de documentos que comprovem a veracidade de suas alegações, bem como vem aduzir que já entrou em contato com os órgãos competentes, providenciando todos os requisitos necessários à Licença Ambiental, se esta se verificar realmente necessária segundo os ditames das legislações pertinentes (artigo 36 do Dec. 44.309/06), demonstrando mais uma vez que a recorrente age sempre de boa-fé, no melhor interesse de seus empregados, dos produtos de seus serviços e inclusive do meio ambiente.

Desta forma, obedecendo aos requisitos previstos nas legislações que regem o caso em tela, a Recorrente insiste no **CANCELAMENTO DA MULTA** ora aplicada a ela, aguardando Justiça, legalidade e deferimento em seu pedido.

Estes são termos em que pede deferimento.

  
**Márcia Cristina Motta Alckmin**

**OAB/MG 110.064**